

DO CHOKEPOINT AO ESPAÇO DISCURSIVAMENTE PRODUZIDO: o Estreito de Ormuz na geopolítica tradicional e na geopolítica crítica

Leonardo Pereira Vieira Filho¹, Mayara Francisca da Silva Barbosa², Rodolfo Francisco Soares Nunes^{1,2}

¹Graduando em Relações Internacionais pela Universidade Estadual do Maranhão, São Luís, MA, Brasil (leonardo.pvf72@gmail.com)

²Graduanda em Relações Internacionais pela Universidade Estadual do Maranhão, São Luís, MA, Brasil

^{1,2}Doutorando em Políticas Públicas pela Universidade Federal do Maranhão, Professor do Curso de Relações Internacionais da Universidade Estadual do Maranhão, São Luís, MA, Brasil

Resumo: O artigo analisa o Estreito de Ormuz a partir do contraste entre a geopolítica tradicional e a geopolítica crítica. Argumenta que sua centralidade internacional não decorre apenas da posição estratégica e da circulação energética que o atravessa, mas também de narrativas de ameaça, segurança e controle que o produzem como espaço de crise permanente. Ao articular materialidade, discurso e poder, o texto demonstra que Ormuz é simultaneamente rota estratégica e construção geopolítica.

Palavras-chave: estreito de Ormuz; geopolítica crítica; chokepoint; segurança energética; discurso.

INTRODUÇÃO

O Estreito de Ormuz ocupa posição recorrente nas análises sobre energia, segurança marítima e estabilidade regional, sendo frequentemente apresentado como um dos principais gargalos estratégicos do sistema internacional. Sua relevância costuma ser associada à concentração de fluxos energéticos que atravessam a passagem, à conexão entre o Golfo Pérsico e o Oceano Índico e à sua inserção em uma região marcada por rivalidades interestatais, presença militar intensiva e disputas recorrentes sobre liberdade de navegação.

Nesse enquadramento, Ormuz aparece como ponto vital da circulação global, cuja eventual interrupção poderia produzir efeitos imediatos sobre preços, cadeias logísticas e segurança energética em escala mundial.

Entretanto, a aparente evidência de sua centralidade tende a ocultar os pressupostos teóricos e políticos que sustentam tal leitura. Quando o estreito é descrito apenas como *chokepoint* naturalmente estratégico, corre-se o risco de tratar sua importância como consequência direta e quase automática da geografia física, desconsiderando os processos históricos, discursivos e institucionais por meio dos quais determinados espaços são produzidos como vitais, ameaçadores ou indispensáveis. Nessa chave, a geografia deixa de ser apenas suporte material da

política internacional para aparecer também como objeto de representação, interpretação e disputa.

A oposição entre geopolítica tradicional e geopolítica crítica oferece, nesse sentido, um caminho fértil para deslocar a análise do espaço como dado para o espaço como produção. Enquanto a leitura clássica privilegia posição, circulação, controle territorial e projeção estratégica como fundamentos da relevância geopolítica, a geopolítica crítica questiona a naturalização desses atributos e enfatiza o papel dos discursos, das representações e das práticas de poder na constituição dos espaços estratégicos. O problema central que orienta este artigo consiste, portanto, em compreender de que maneira a centralidade geopolítica do Estreito de Ormuz pode ser explicada não apenas por sua materialidade, mas também por sua produção discursiva no interior das relações de poder internacionais.

O artigo parte da hipótese de que a importância geopolítica de Ormuz é inseparável da articulação entre materialidade, discurso e poder. Isso significa reconhecer que a posição geográfica do estreito, seu papel na circulação energética e sua vulnerabilidade efetiva permanecem dimensões fundamentais da análise, mas não suficientes. Sua relevância também é reproduzida por narrativas de ameaça, segurança energética, liberdade de navegação e contenção



regional que fixam Ormuz como espaço de crise permanente e de intervenção legítima.

Com base nessa hipótese, o objetivo do trabalho é contrastar a leitura geopolítica tradicional do Estreito de Ormuz com a abordagem proposta pela geopolítica crítica, mostrando como a noção de *chokepoint* pode ser reinterpretada à luz da produção discursiva do espaço.

Para tanto, o texto se organiza em quatro momentos. Primeiro, reconstrói a leitura clássica de Ormuz como ponto estratégico de estrangulamento. Em seguida, apresenta os principais aportes da geopolítica crítica para a análise das relações entre espaço, discurso e poder. Na sequência, reinterpreta o estreito como espaço discursivamente produzido por narrativas de ameaça, segurança e controle. Por fim, retoma as implicações analíticas desse contraste para uma compreensão mais complexa das relações entre energia, geopolítica e hegemonia.

MATERIAL E MÉTODOS

Este artigo adota uma abordagem qualitativa de caráter teórico-analítico, orientada pela comparação entre dois modos de leitura geopolítica do Estreito de Ormuz. Em vez de buscar mensuração causal ou generalização estatística, o estudo procura reconstruir e contrastar dois enquadramentos interpretativos, a saber, a geopolítica tradicional e a geopolítica crítica, com o objetivo de examinar como cada um deles atribui sentido à centralidade estratégica do estreito.

Do ponto de vista do desenho de pesquisa, trata-se de uma análise comparativa de perspectivas teóricas aplicada a um caso empírico singular. O Estreito de Ormuz foi selecionado por sua alta densidade geopolítica, uma vez que reúne, de forma particularmente expressiva, elementos ligados à circulação energética, à projeção de poder naval, à securitização de rotas marítimas e à produção discursiva de ameaças. Essa condição faz do caso um terreno privilegiado para observar tanto a força explicativa das abordagens clássicas quanto os limites de sua naturalização do espaço estratégico.

A estratégia analítica combina dois movimentos complementares. O primeiro consiste na reconstrução dos principais pressupostos da leitura geopolítica tradicional, com ênfase em categorias como posição, *chokepoint*, controle de rotas, contenção regional e segurança da circulação. O segundo consiste na mobilização dos aportes da geopolítica crítica, especialmente aqueles voltados à análise da produção discursiva do espaço, da performatividade dos mapas e narrativas estratégicas e dos processos de securitização que transformam certos lugares em objetos permanentes de vigilância, intervenção e gestão.

Empiricamente, a análise se apoia na interpretação de formulações teóricas, documentos e narrativas recorrentes presentes na literatura geopolítica e estratégica mobilizada pelo artigo.

O objetivo não é oferecer um inventário exaustivo de eventos na região, mas utilizar o caso de Ormuz como ponto de condensação de debates mais amplos sobre materialidade, discurso e poder na geopolítica contemporânea. Nessa perspectiva, o caso empírico funciona menos como ilustração e mais como operador analítico para tensionar a pretensão de evidência imediata frequentemente atribuída ao espaço estratégico.

Em síntese, o método adotado busca demonstrar que a centralidade geopolítica de Ormuz não pode ser reduzida nem ao determinismo geográfico nem à pura construção discursiva. Ao contrário, a análise parte da articulação entre essas dimensões para compreender como um espaço adquire densidade estratégica e se torna, simultaneamente, realidade material e objeto de representação política.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Na tradição geopolítica clássica e em parte significativa da geoestratégia contemporânea, o Estreito de Ormuz é compreendido como um *chokepoint*, isto é, como um ponto de estrangulamento espacial cuja relevância decorre de sua posição geográfica, de sua função na circulação de fluxos estratégicos e de seu potencial de interrupção sistêmica. Essa leitura enfatiza que determinadas passagens marítimas adquirem importância singular não apenas por conectarem diferentes espaços regionais, mas por concentrarem fluxos vitais ao funcionamento da economia internacional, especialmente no campo da energia.

No caso de Ormuz, essa centralidade é usualmente associada ao fato de que o estreito conecta o Golfo Pérsico ao Golfo de Omã e ao Oceano Índico, operando como corredor essencial para o escoamento de petróleo e gás natural provenientes de importantes produtores do Oriente Médio. O volume diário de hidrocarbonetos que atravessa essa passagem reforça sua condição de rota sensível para o comércio mundial de energia e sustenta sua representação recorrente como espaço de vulnerabilidade sistêmica, isto é, como ponto cuja eventual interrupção produziria efeitos imediatos sobre preços, cadeias logísticas e segurança de abastecimento em escala global.

Essa interpretação encontra respaldo em autores clássicos da geopolítica e da estratégia marítima. Em Alfred Mahan, por exemplo, a projeção de poder depende da articulação entre poder naval, infraestrutura logística, capacidade comercial e controle de rotas marítimas estratégicas. Sob essa ótica, o Estreito de Ormuz pode ser lido como ponto



de elevada sensibilidade para potências interessadas na preservação do fluxo energético internacional, já que o domínio ou o monitoramento de passagens dessa natureza integra o problema mais amplo do comando do mar. A relevância do estreito, nesse enquadramento, não deriva apenas do comércio que ali circula, mas do fato de que rotas marítimas estreitas podem condicionar a liberdade de ação de potências dependentes de fluxos externos e, ao mesmo tempo, ampliar o valor estratégico da presença naval.

A leitura spykmaniana reforça essa centralidade ao situar Ormuz no espaço mais amplo do *Rimland*, entendido como faixa marginal da Eurásia historicamente decisiva para o equilíbrio de poder entre potências terrestres e marítimas. Nessa perspectiva, a importância do estreito decorre também de sua inserção em uma zona de contato entre projeção continental, circulação oceânica e contenção geoestratégica (Baracuh, 2021). O controle, a influência ou a vigilância sobre áreas dessa natureza adquirem valor especial porque elas funcionam como interfaces entre regiões produtoras de recursos estratégicos, corredores marítimos e arranjos militares de alcance regional e extrarregional.

Nesse quadro, a proximidade de Ormuz com zonas recorrentes de tensão política e militar tende a reforçar sua interpretação tradicional como espaço sensível de contenção e vigilância. A presença de rivalidades interestatais, disputas regionais e operações navais de grandes potências contribui para consolidar a ideia de que a estabilidade do estreito constitui questão diretamente vinculada à segurança internacional. Assim, bloqueios, ameaças de fechamento ou perturbações no fluxo comercial são frequentemente lidos como eventos com potencial de desestabilização ampliada, dada a densidade dos interesses econômicos e estratégicos ali concentrados.

Entretanto, a força explicativa dessa abordagem repousa justamente naquilo que constitui seu principal limite. Ao privilegiar posição geográfica, circulação e controle territorial como chaves centrais de interpretação, a leitura geopolítica tradicional tende a naturalizar a centralidade de Ormuz, como se sua importância decorresse de forma quase imediata da geografia física. Nessa formulação, o estreito aparece sobretudo como fato espacial objetivo e funcional, enquanto as mediações discursivas, políticas e simbólicas por meio das quais ele é continuamente nomeado como ameaça, gargalo ou espaço vital permanecem em segundo plano. É precisamente essa lacuna que abre caminho para a geopolítica crítica, cuja contribuição consiste em deslocar a análise do espaço como dado para o espaço como produção

Na tradição clássica, o espaço é tratado predominantemente como dado físico e mensurável, um “tabuleiro” sobre o qual Estados projetam poder

conforme certas leis quase naturais. Em Kjellen, o Estado surge como organismo, e em Haushofer o organismo necessita expandir seu *Lebensraum*; em Mackinder, a centralidade da “*Heartland*” eurasiática é apresentada como consequência quase objetiva da distribuição de terras e mares; em Mahan, o domínio marítimo decorre da posição geográfica, extensão de costa e acesso a rotas, concebidos como fatores relativamente estáveis e neutros (Baracuh, 2021).

A geopolítica crítica parte justamente da recusa dessa naturalização, insistindo que o espaço geopolítico não é mero suporte material, mas resultado de práticas de significação que tornam certos lugares inteligíveis como “centrais”, “periféricos”, “instáveis” ou “vitais”. Ó Tuathail e Dalby propõem “radicalizar” o geo e o politics, mostrando que não há um espaço pré-discursivo que o analista simplesmente descobre; o que há são práticas discursivas que selecionam, enquadram e hierarquizam territórios dentro de narrativas estratégicas específicas (Dalby; Tuathail, 1996; Tuathail, 1999).

Para Ó Tuathail, fazer geopolítica não é apenas descrever uma realidade espacial, mas engajar-se em uma prática de “world-writing”: discursos, mapas e categorias que constroem um mundo de ameaças e oportunidades para a ação estatal (Heinsfeld, 2020; Tuathail, 1999). Termos como “arco de crise”, “mundo livre”, “eixo do mal” ou “chokepoint” funcionam como rótulos que condensam julgamentos normativos, identidades e prioridades estratégicas, ao mesmo tempo em que se apresentam como descrições técnicas neutras (Kuus, 2017).

Uma contribuição central da geopolítica crítica é deslocar o foco da localização em si para os processos que fazem com que certos lugares sejam nomeados e fixados como estratégicos, perigosos ou indispensáveis. Dalby argumenta que “ameaças” e “regiões de instabilidade” não são simples reflexos de condições materiais, mas produtos de discursos que repetidamente descrevem determinados espaços como fontes de risco, desordem ou desvio frente a uma norma implícita (Dalby; Tuathail, 1996).

Os clássicos já distinguem lugares estratégicos, como estreitos, ilhas e “pontos de apoio” navais, porém o tratamento era frequentemente funcionalista: a importância decorre de parâmetros físicos (profundidade, largura, acesso) e da localização em relação a centros de poder. A geopolítica crítica, sem negar a materialidade, mostra que a relevância desses pontos é amplificada, estabilizada e reatualizada por narrativas que os descrevem como “gargalos vitais” ou “linhas de vida” da economia global, reconfigurando a forma como são percebidos e governados (Özgen; Güngördü, 2019a).

Não obstante, Klaus Dodds enfatiza o papel constitutivo das representações visuais na produção do



imaginário geopolítico. Mapas, gráficos, diagramas de fluxo e imagens de satélite são tecnologias que selecionam e simplificam a realidade, destacando certas rotas, fronteiras e ameaças enquanto invisibilizam outras dimensões. Ao representar corredores energéticos, “zonas de instabilidade” ou “rotas vitais”, esses dispositivos participam ativamente da construção de um senso de urgência e vulnerabilidade, contribuindo para a naturalização de determinadas agendas de segurança (Dodds, 2007).

Para os clássicos, a cartografia já cumpria função estratégica (mapas da *Heartland*, do *Rimland*, das rotas oceânicas), mas era muitas vezes tratada como tradução transparente de uma geografia dada. A geopolítica crítica desloca esse entendimento: mapas não apenas espelham uma realidade pré-existente, eles performam uma ordem espacial ao se tornarem referência para planejadores, militares e decisores políticos. Dessa forma, uma certa configuração de linhas, cores e fronteiras passa a organizar percepções de proximidade, ameaça e controle (Kuus, 2017).

Importante ressaltar que a geopolítica crítica não dissolve o espaço em puro discurso. Autores como Ó Tuathail e Dalby reconhecem a materialidade de recursos, infraestruturas e geografias, mas insistem que essas materialidades só adquirem relevância geopolítica dentro de regimes de interpretação e práticas de poder. Um estreito, uma base naval ou um oleoduto possuem características físicas, mas o modo como são investidos de sentido, “ponto de estrangulamento”, “linha de vida”, “território frágil”, resulta de processos discursivos e institucionais (Dalby; Tuathail, 1996).

Nesse ponto, há uma tensão clara com os clássicos. Enquanto Ratzel ou Mackinder tendem a ver o espaço como instância determinante que condiciona a ação política, a geopolítica crítica recusa o determinismo geográfico e enfatiza a Co constituição entre espaço e prática social. Em lugar de uma cadeia causal direta “geografia → estratégia”, propõe-se uma análise das mediações: expertises, mapas, doutrinas, discursos de ameaça, tecnologias militares e dispositivos de visualização que tornam certos espaços governáveis e outros invisíveis (Heinsfeld, 2020).

O Estreito de Ormuz costuma ser apresentado, em relatórios oficiais e análises estratégicas, como um dos mais importantes “*chokepoints*” do sistema energético mundial, por onde transitam cerca de um quarto das exportações marítimas de petróleo e volumes significativos de GNL (Ullah, 2026).

Essas caracterizações enfatizam a posição do estreito como único corredor marítimo conectando o Golfo Pérsico ao Mar de Omã e ao Oceano Índico, sua largura reduzida (em torno de 21 milhas náuticas no ponto mais estreito) e a concentração de fluxos que o atravessam, reforçando a ideia de um “gargalo” cuja

interrupção teria impactos globais imediatos (Ullah, 2026).

Em termos clássicos, trata-se de um exemplo paradigmaticamente “mahaniano” ou “spykmaniano”: um ponto crítico das rotas marítimas cuja vulnerabilidade confirma a centralidade duradoura da geografia física e do controle do Rimland.

A geopolítica crítica não nega essa materialidade, mas insiste que o estatuto de Ormuz como “chokepoint vital” é também resultado de práticas de significação, métricas selecionadas e narrativas que amplificam certos aspectos do espaço em detrimento de outros (Dunn; Barden, 2025).

Ao destacar constantemente percentuais de comércio global, mapas com setas volumosas representando fluxos de petróleo e expressões como “arteria vital” ou “gargalo do sistema energético mundial”, documentos de agências governamentais, think tanks e organismos internacionais contribuem para fixar Ormuz no imaginário geopolítico como um espaço cuja eventual interrupção seria intolerável (Dunn; Barden, 2025).

Em termos ó-tuathailianos, não se trata apenas de descrever um corredor físico, mas de “escrever o mundo” de forma a tornar plausíveis determinadas respostas políticas e de segurança frente a esse lugar.

Se a cartografia clássica já destacava estreitos e canais como pontos estratégicos, a geopolítica crítica sublinha o quanto essas visualizações atuais são seletivas e normativas. Ao colocar Ormuz no centro de mapas globais, projetando setas em direção ao “mundo” abstrato, ofuscam-se outras dimensões: os contextos locais de vida nas margens do estreito, disputas políticas internas no Irã e nos países do Golfo, ou ainda alternativas de reconfiguração logística que poderiam reduzir a dependência daquele corredor (Dickinson, 2026).

O resultado é uma espacialização que naturaliza Ormuz como “gargalo vital” a ser protegido a qualquer custo, enquanto alternativas políticas ou infraestruturais aparecem como secundárias ou inviáveis. Sob a lente crítica, o mapa do “*chokepoint*” deixa de ser uma descrição neutra para aparecer como um dispositivo que organiza percepções de aceitabilidade e inevitabilidade de certas formas de intervenção (Dickinson, 2026).

A produção de espaços geopolíticos passa por múltiplos circuitos discursivos. Ó Tuathail distingue, por exemplo, entre geopolítica formal (discursos de *think tanks*, governos e especialistas), geopolítica prática (rotinas burocráticas, planejamento, doutrinas militares) e geopolítica popular (mídia, cinema, cultura visual) (Dalby; Tuathail, 1996). Esses registros se entrelaçam na construção de “verdades geopolíticas” que definem quem é aliado ou inimigo, qual espaço é considerado “civilizado” ou



“ameaçador” e quais intervenções aparecem como necessárias ou inevitáveis.

Essa perspectiva contrasta com a imagem de uma geopolítica clássica como conhecimento especializado que informa o Estado “a partir de fora”. Em autores como Mahan e Mackinder, o geopolítico assume a posição de conselheiro que revela ao estadista as constantes geográficas às quais a política deveria se adequar (Özgen; Güngördü, 2019b).

A geopolítica crítica dissolve essa distinção rígida, mostrando como o próprio saber geopolítico está imbricado em redes de poder, financiamento, instituições militares e interesses estatais, e como, portanto, participa performativamente do jogo que pretende apenas descrever (Özgen; Güngördü, 2019b).

Em mais um percurso, a teoria da securitização, tal como desenvolvida pela Escola de Copenhague, oferece uma chave importante para compreender como questões específicas são deslocadas para o registro da “segurança”, autorizando medidas extraordinárias. Securitizar significa construir discursivamente algo como ameaça existencial a um referente (Estado, nação, economia, rotas energéticas), de modo a justificar práticas excepcionais (Floyd, 2026).

Articulada à geopolítica crítica, a securitização permite ver que a noção de ameaça não decorre automaticamente de fatos objetivos, mas de processos de enquadramento nos quais determinados espaços são repetidamente nomeados como focos de risco, instabilidade ou hostilidade. Ao contrário da geopolítica clássica, que frequentemente apresenta ameaças como emanando quase naturalmente da posição de certas potências ou da disputa por “espaço vital”, a geopolítica crítica investiga como eventos, territórios e fluxos são narrados como ameaçadores, por quem, com quais recursos retóricos e com que efeitos (Blount, 2024; Floyd, 2026).

Esse enquadramento oferece um caminho direto para pensar o Estreito de Ormuz. A própria categoria “*chokepoint*” pode ser lida como dispositivo discursivo que condensa uma série de pressupostos: vulnerabilidade das rotas energéticas, centralidade dos fluxos de petróleo para a segurança global, necessidade de vigilância e presença militar (Özgen; Güngördü, 2019a).

Uma leitura clássica destacaria a estreiteza do canal, o volume de comércio que o atravessa e sua posição entre Golfo Pérsico e Mar de Omã; uma leitura crítica perguntaria como e por que esse conjunto de características passa a ser narrado como “ponto de estrangulamento” que exige determinados modos de gestão e intervenção.

O Estreito de Ormuz é recorrentemente descrito como “ponto vital” do sistema internacional, um *chokepoint* cuja integridade condiciona a estabilidade da economia global e da segurança energética. Relatórios de organismos internacionais, análises estratégicas e cobertura jornalística enfatizam que o estreito responde por parcela significativa do petróleo e do gás natural liquefeito transportados por via marítima, reforçando a imagem de um “gargalo” cuja interrupção implicaria efeitos imediatos sobre preços, cadeias de suprimento e receitas públicas de Estados exportadores (Ullah, 2026).

A centralidade de Ormuz, contudo, não decorre apenas da sua geografia física, mas de um processo contínuo de produção discursiva que o fixa como cenário permanente de crise e ameaça. Notícias de fechamento ou bloqueio, declarações de autoridades iranianas sobre atacar qualquer navio que tente passar e anúncios de operações navais norte-americanas são narrados como indícios de uma ruptura iminente da ordem internacional, alimentando um imaginário em que o estreito aparece como “ponto de falha” estrutural do sistema global. Nessa chave, o que está em jogo não é só a constatação de que um fluxo importante passa por um espaço estreito, mas a construção de Ormuz como espaço emblemático de vulnerabilidade, no qual se condensa a possibilidade sempre à mão de uma crise de alcance planetário (Dickinson, 2026).

A retórica iraniana de “fechar o Estreito de Ormuz” funciona, há décadas, como recurso de pressão e instrumento de dissuasão em face de sanções econômicas e ameaças militares. Declarações recentes de oficiais da Guarda Revolucionária, afirmando que “o Estreito de Ormuz está fechado” e que qualquer navio que tente cruzá-lo será atacado, reiteram essa gramática, inscrevendo a capacidade de interromper o fluxo como componente central da posição regional do Irã (Klinger, 2022).

Ao mesmo tempo, tais ameaças são rapidamente amplificadas por veículos internacionais, *think tanks* e mercados financeiros, que traduzem a fórmula “fechamento de Ormuz” em previsões de alta abrupta do preço do petróleo, rupturas em cadeias de abastecimento e riscos para a “economia mundial” (*Russian State University for the Humanities*; Novikov, 2025).

Sob a lente da geopolítica crítica, esse jogo de ameaça não é apenas reflexo de uma correlação de forças objetiva, mas uma forma de dramaturgia geopolítica na qual o espaço de Ormuz é roteirizado como palco de uma crise sempre à espreita. Ó Tuathail chamaria atenção para o modo como discursos estatais e midiáticos produzem “scripts” nos quais determinados atores (Irã, Estados Unidos, aliados regionais) são interpelados a desempenhar papéis previsíveis de



ameaça, contenção e mediação (Noorali; Irannejad, 2026).

A ameaça de fechamento torna-se, então, mais do que um evento pontual: converte-se em elemento estrutural de uma narrativa duradoura que mantém Ormuz como signo de instabilidade latente, mesmo quando o fluxo efetivo de navios continua, ainda que com interrupções.

Do lado estadunidense e de seus aliados, a linguagem da “liberdade de navegação” constitui o eixo normativo central pelo qual Ormuz é enquadrado. Iniciativas como a formação de coalizões marítimas para “restaurar a liberdade de navegação” e operações com nomes altamente simbólicos, a exemplo de “*Project Freedom*”, anunciada pelo governo Trump como missão para escoltar navios e “reabrir” o estreito, exemplificam como o vocabulário da proteção do comércio global é mobilizado para legitimar a presença militar intensiva na região. Comunicados oficiais descrevem Ormuz como “corredor vital” e “via marítima essencial para a estabilidade da economia mundial”, conectando a operação militar a uma responsabilidade quase tutelar de garantir o fluxo de bens para “o mundo” como um todo (Blackburn, 2026).

A geopolítica crítica permite perceber o quanto essa narrativa naturaliza um arranjo específico de poder naval sob o rótulo aparentemente neutro de defesa de “princípios” como a liberdade de navegação. Dalby chamaria atenção para o vínculo entre tais discursos e a securitização de determinados espaços marítimos, nos quais a presença de frotas, bloqueios seletivos e sobrevoos permanentes passam a ser representados não como projeção de força contestável, mas como condição normal de funcionamento da ordem global (Dalby; Tuathail, 1996; Noorali; Irannejad, 2026).

Ao colocar Ormuz no centro de uma cruzada pela “liberdade de navegação”, os discursos oficiais convertem o estreito em palco privilegiado de dramatização geopolítica: nele se encena a defesa de um bem público global, enquanto se consolidam práticas de vigilância, interdição e controle que são, elas mesmas, profundamente políticas.

Outro fator importante que não fora deixado de lado pelos teóricos da geopolítica crítica foi a intervenção direta da mídia internacional. Essa lógica midiática contribui para o que Dodds chamaria de popular *geopolitics*: um registro no qual séries de mapas simplificados, gráficos de preço do petróleo e imagens de satélites com navios parados compõem um imaginário de “estrangulamento” e “colapso” iminente (Dalby; Tuathail, 1996; Dickinson, 2026).

O estreito aparece, assim, em ciclos recorrentes de atenção: períodos de relativa normalidade são pouco visibilizados, enquanto episódios de tensão recebem

cobertura intensa, reforçando a associação entre Ormuz e crise. A repetição desse padrão ao longo do tempo estabiliza uma espécie de “rotina da emergência”, na qual o espaço de Ormuz é continuamente reinscrito como lugar de risco permanente, independentemente da variabilidade efetiva dos fluxos ou da multiplicidade de dinâmicas locais que ali coexistem.

Discursos sobre fechamento, operações como “*Project Freedom*”, iniciativas de coalizões por “*maritime freedom*”, pronunciamentos inflamados em redes sociais e ciclos de cobertura midiática não são meros reflexos de uma “realidade geográfica”, mas práticas que produzem Ormuz como espaço específico de governo e disputa (Dickinson, 2026; Dunn; Barden, 2025).

Nessa medida, a relevância do estreito não se reduz à sua configuração física: ela deriva também da repetição de narrativas que legitima o monitoramento constante, a presença prolongada de meios militares e a adoção de medidas extraordinárias em nome da segurança energética e da liberdade de navegação. É nesse ponto que a geopolítica crítica permite passar “do chokepoint ao espaço discursivamente produzido”, revelando como um lugar torna-se, simultaneamente, objeto de disputa material e condensador de imaginários geopolíticos que orientam intervenções e modos de ver o mundo.

Afastando o quiproquó, o Estreito de Ormuz é tratado como um chokepoint porque concentra fluxos energéticos essenciais em uma passagem estreita e vulnerável. No entanto, sua importância não é apenas geográfica. Ela também é construída por discursos políticos, militares e midiáticos que apresentam o estreito como ponto permanente de risco para a economia global. Dessa forma, Ormuz se torna ao mesmo tempo uma rota estratégica e um espaço simbólico de disputa geopolítica.

CONCLUSÃO

A análise desenvolvida ao longo deste artigo permitiu demonstrar que a centralidade geopolítica do Estreito de Ormuz não pode ser compreendida de modo satisfatório quando reduzida à sua posição física ou à sua função objetiva na circulação energética internacional. Embora a leitura geopolítica tradicional permaneça relevante para evidenciar a materialidade estratégica do estreito, sua inserção em rotas vitais de comércio e sua importância para a segurança marítima, ela se mostra insuficiente quando toma essa centralidade como dado evidente e quase automático da geografia.

O contraste com a geopolítica crítica permitiu deslocar a análise do espaço como suporte neutro para o espaço como produção política, discursiva e institucional. Nessa chave, Ormuz não aparece apenas como



chokepoint no sentido funcional do termo, mas também como espaço continuamente produzido por narrativas de ameaça, liberdade de navegação, segurança energética e contenção regional. Sua relevância, portanto, não decorre apenas do fluxo que o atravessa, mas também dos modos pelos quais esse fluxo é narrado, visualizado e securitizado no interior das relações internacionais.

O caso de Ormuz evidencia, assim, que a geografia não fala por si. Ela é interpretada, mobilizada e reinscrita por atores estatais, instituições estratégicas, aparatos militares, mídias e discursos especializados que definem quais lugares devem ser percebidos como vitais, perigosos ou incontornáveis. Nesse sentido, a noção de espaço discursivamente produzido não elimina a dimensão material da geopolítica, mas a reinsere em uma totalidade mais ampla, na qual geografia, poder e representação se coproduzem de forma dinâmica.

A principal contribuição analítica do artigo está, portanto, em mostrar que o Estreito de Ormuz é simultaneamente rota estratégica e construção geopolítica. Compreendê-lo dessa maneira permite uma leitura mais complexa das relações entre energia, segurança, hegemonia e discurso, além de ampliar o alcance da crítica às abordagens que naturalizam espaços estratégicos sem interrogar as narrativas que os tornam governáveis. Em última instância, o estreito não é apenas estratégico. Ele é estrategicamente narrado.

REFERÊNCIAS

- BARACUHY, Braz. Uma introdução aos fundamentos da geopolítica clássica: Mahan, Mackinder, Spykman. In: BARACUHY, Braz (org.). Os fundamentos da geopolítica clássica: Mahan, Mackinder, Spykman. Brasília, DF: Fundação Alexandre de Gusmão*, 2021.
- BLACKBURN, Gavin. US seeks “maritime freedom” coalition to restart Strait of Hormuz shipping | Euronews. [S. l.], 2026. Disponível em: <https://www.euronews.com/2026/04/30/us-seeks-maritime-freedom-coalition-to-restart-strait-of-hormuz-shipping>. Acesso em: 16 maio 2026.
- BLOUNT, P.J. The Discourse of Space Securitization. In: PEKKANEN, Saadia M.; BLOUNT, P.J. (org.). The Oxford Handbook of Space Security. 1. ed. [S. l.]: Oxford University Press, 2024. p. 61–75. Disponível em: <https://academic.oup.com/edited-volume/56003/chapter/440987896>. Acesso em: 16 maio 2026.
- DALBY, Simon; TUATHAIL, Gearóid Ó. The critical geopolitics constellation: problematizing fusions of geographical knowledge and power. *Political Geography*, [s. l.], v. 15, n. 6–7, p. 451–456, 1996.
- DICKINSON, Daniel. Chokepoints and conflict: How the Hormuz crisis is exposing global shipping vulnerabilities | UN News. [S. l.], 2026. UN NEWS. Disponível em: <https://news.un.org/en/story/2026/04/1167383>. Acesso em: 16 maio 2026.
- DODDS, Klaus. *Geopolitics: a very short introduction*. Oxford; New York: Oxford University Press, 2007. (Very short introductions, no 171).
- DUNN, Candace; BARDEN, Justine. The Strait of Hormuz is the world’s most important oil transit chokepoint - U.S. Energy Information Administration (EIA). [S. l.], 2025. Disponível em: <https://www.eia.gov/todayinenergy/detail.php?id=61002>. Acesso em: 16 maio 2026.
- FLOYD, Rita. Securitization Theories: Big Picture Theorizing vs. 1:1 Mapping. In: FLOYD, Rita; SCHOUENBORG, Laust (org.). *The Big Picture as an Approach to the Study of International Relations*. 1. ed. [S. l.]: Cambridge University Press, 2026. p. 183–198. Disponível em: https://www.cambridge.org/core/product/identifier/9781009580335%23bp14/type/book_part. Acesso em: 16 maio 2026.
- HEINSFELD, Adelar. *A trajetória do pensamento geopolítico: da geopolítica clássica às novas geopolíticas*. Passo Fundo: Acervus, 2020.
- KLINGER, Thibaut. *L’ Oman contemporain: aménagement du territoire et identité nationale*. 1. Auflageed. Berlin Boston: De Gruyter, 2022. (Studies on Modern Orient, no volume 41).
- KUUS, Merje. *Critical Geopolitics*. [S. l.]: Oxford University Press, 2017. v. 1 Disponível em: <http://oxfordre.com/internationalstudies/view/10.1093/acrefore/9780190846626.001.0001/acrefore-9780190846626-e-137>. Acesso em: 16 maio 2026.
- NOORALI, Hassan; IRANNEJAD, A. Mani. The charismatic authorization of spiritual geopolitics in revolutionary Iran. *Environment and Planning C: Politics and Space*, [s. l.], v. 44, n. 3, p. 493–510, 2026.
- ÖZGEN, Nurettin; GÜNGÖRDÜ, Saitcan. Critical geopolitics: Rereading geo-politics. In: GÖNENÇGİL, Barbaros et al. *1st Istanbul International Geography Congress Proceedings Book*. [S. l.]: Istanbul University Press, 2019a. p. 913–922. Disponível em: <https://iupress.istanbul.edu.tr/en/book/1st-istanbul-international-geography-congress->



proceedings-book/chapter/critical-geopolitics-rereading-geo-politics. Acesso em: 16 maio 2026.

ÖZGEN, Nurettin; GÜNGÖRDÜ, Saitcan. Critical geopolitics: Rereading geo-politics. In: GÖNENÇGİL, Barbaros et al. 1st Istanbul International Geography Congress Proceedings Book. [S. l.]: Istanbul University Press, 2019b. p. 913–922. Disponível em: <https://iupress.istanbul.edu.tr/en/book/1st-istanbul-international-geography-congress-proceedings-book/chapter/critical-geopolitics-rereading-geo-politics>. Acesso em: 16 maio 2026.

RUSSIAN STATE UNIVERSITY FOR THE HUMANITIES; NOVIKOV, Albert A. BETWEEN IDEOLOGY AND ANALYSIS: US THINK-TANKS' APPROACHES TO DEVELOPING RECOMMENDATIONS ON IRAN. RSUH/RGGU Bulletin. Series Political Sciences. History. International Relations, [s. l.], n. 4, p. 88–102, 2025.

TUATHAIL, Gearóid Ó. Understanding critical geopolitics: Geopolitics and risk society. Journal of Strategic Studies, [s. l.], v. 22, n. 2–3, p. 107–124, 1999.

ULLAH, Sami. The Strait of Hormuz and the Enduring Power of Rimland Geopolitics. In: WORLD GEOSTRATEGIC INSIGHTS. 3 abr. 2026. Disponível em: <https://www.wgi.world/the-strait-of-hormuz-and-the-enduring-power-of-rimland-geopolitics/>. Acesso em: 16 maio 2026.